



Ensaio Introdutório ao Estudo da Pedagogia Empresarial

An Introductory Essay on the Study of Corporate Pedagogy

Oscar Edgardo Navarro Escobar

Professor e pesquisador adjunto na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Resumo: Este ensaio discute a pedagogia empresarial a partir das relações históricas entre educação, trabalho e organização social. Com base em uma reflexão teórica apoiada na literatura, examina a atuação do pedagogo em espaços organizacionais e as contradições entre as exigências produtivas e a formação humana. Defende uma prática educativa crítica, comprometida com o desenvolvimento dos trabalhadores e com a emancipação humana.

Palavras-chave: pedagogia empresarial; educação corporativa; trabalho; formação humana.

Abstract: This essay discusses business pedagogy through the historical relationships between education, work, and social organization. Drawing on theoretical reflection supported by the literature, it examines the role of pedagogues in organizational settings and the contradictions between production demands and human development. It advocates a critical educational practice committed to workers' development and human emancipation.

Keywords: business pedagogy; corporate education; work; human development.

INTRODUÇÃO

“O taylorismo. Método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho “economizando tempo”, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante (Rago e Moreira, O que é o Taylorismo).”

Ao longo da sua história, as pessoas sempre sentiram a necessidade de se agrupar para subsistir. Assim, elas puderam atender às suas necessidades mais fundamentais, tanto materiais quanto espirituais. A transformação da natureza tornou-se essencial para prolongar a existência, levando à invenção de novos métodos que facilitavam o cotidiano. O domínio do fogo e seu uso conferiram um salto qualitativo à condição humana. A domesticação de animais selvagens ofereceu uma adaptação viável em geografias adversas, enquanto o domínio da agricultura resultou em atividades sem precedentes. Essas descobertas produtivas impulsionaram a escolha de locais privilegiados pela generosidade do solo fértil, de pradarias viáveis para o plantio e a criação de animais. Inicialmente, a terra era um

paraíso que satisfazia todas as necessidades humanas, inclusive espirituais.

Com o tempo, gerações surgiam uma após a outra; em determinado momento, sociedades nômades encontraram lugares únicos para a convivência humana, repletos de diversidade aquática, entre outros benefícios. A possibilidade de desenvolver a agricultura permitia ao grupo obter tudo o necessário para existir. A domesticação de animais possibilitou que o grupo se estabelecesse em forma permanente. Durante longos períodos, viviam em tranquilidade, gerando tempo livre para suas expressões artísticas simbólicas. Contudo, inesperadamente, surgiu um grupo que desejava apropriar-se desse cenário idílico. Inevitavelmente, ocorreu um confronto, resultando em perdas. Foi nesse contexto que se formaram grupos que, devido à sua posição social, ocuparam lugares privilegiados em relação aos outros. A relação escravista estava estabelecida e, com o tempo, os papéis sociais se complexificaram e aprimoraram. Assim, surgiu a necessidade de criar visões de mundo que possibilitassem legitimar a posição das classes sociais, não é sem razão que, toda uma literatura e toda uma filosofia se desenvolve-se pela possibilidade de gerar um excedente de tempo que será gasto na explicação das coisas, tanto da natureza, quando dos aspectos sociais e espirituais, dessa forma, podemos compreender o pensamento de Aristóteles quando afirma enfaticamente que, a relação escravocrata estava formada por uma questão de natureza humana, pois, resultava natural que alguém organiza-se a produção e outros grupos se dedicassem a executar aquilo que os primeiros tinham planejado. A classe que agora se encontrava numa posição vantajosa passara a produzir uma visão social de mundo adequada a seus interesses sociais, é o que diz esse filósofo na sua obra *Política*, no início do livro, Aristóteles (385-322 a. C.), escreveu:

Não apresenta qualquer dificuldade uma investigação teórica destas questões, nem sequer conhecê-las a partir do que acontece. Governar e ser governado são coisas não só necessárias entre os destinados a mandar e os destinados a obedecer. Existem muitas modalidades de governar e de ser governado, mas é sempre melhor quando os governados são melhores: por exemplo, o governo exercido sobre o homem é melhor do que o exercido sobre os animais; aquilo que é produzido pelo melhor dá um melhor resultado. Onde um elemento governa e outro é governado, encontra-se numa tarefa determinada. (Aristóteles, 1998, p. 61).

É exatamente por essa razão que este filósofo considera legítima a sociedade escravocrata organizar-se dentro desses padrões de sociabilidade; na sua retórica, este tipo de trabalho aparece como uma forma natural de ser. Seria equivocados, contudo, deduzir que a filosofia deste pensador apareça como uma distorção de seu pensamento, ele expressa de uma forma inequívoca os interesses das classes que estão no poder nesse momento histórico. Aqui, há um escasso desenvolvimento dos meios de produção; não era possível lançar ao mercado um grande excedente de bens de consumo. Logo, o trabalho compulsório não impulsiona um excedente significativo, criador e distributivo. Por isso, pode-se compreender que as guerras

são elementos impulsionadores de mais trabalho escravo e cobranças de impostos dos habitantes dos territórios subjugados e dominados. Manacorda (2004, p. 38) ilustra este momento, observando que: “A análise nos leva a supor, porém, que às classes dominantes coubesse, na juventude, a tarefa da guerra e, na velhice, a tarefa do culto e da cultura. E se a distinção entre homens de armas e homens da palavra”. Esta última se refere aos filósofos; estes criaram um mundo a semelhança dos interesses das classes que estavam numa posição privilegiada em relação ao resto da coletividade. A instrução estava destinada somente a este grupo social e a seus filhos e funcionários públicos. De qualquer forma, uma coisa é clara, quanto mais se produza uma visão social de mundo, através da filosofia, mais surgirá a necessidade de legitimar um determinado poder social. Neste ponto, surge uma interrogação, como surge o pedagogo no contexto da sociedade fundamentada na escravidão? Eis nosso tema a seguir.

DESENVOLVIMENTO

Primeiros Passos da Educação

Etimologicamente, a pedagogia possui uma definição grega que significa “arte de conduzir as crianças”, ou seja, paidos (criança) e agogé (condução). Na sociedade escravista, Platão, Sócrates, entre outros, discutiram a instrução como um modo de enquadramento da sociabilidade humana, normas, costumes, hábitos, crenças, etc., são elementos fundamentais para permitir o andamento e o desenvolvimento da sociedade de classe. A instrução é uma prática educativa que está relacionada ao desenvolvimento e à manutenção de uma determinada cultura.

A intencionalidade do processo educativo aparecerá como uma condição associada à manutenção de um determinado poder social, como, neste caso, é manter uma visão social de mundo de forma a legitimar a própria forma como se organiza a sociedade. Com estes propósitos, as classes que possuem a dominação econômica também, enquanto necessidade, precisam elaborar uma explicação racional desta situação real de posições sociais. Os ensinamentos estão voltados para a preparação física, para iniciativas bélicas; todavia, é necessária uma doutrinação moral para suportar os ambientes hostis e de esforços esgotadores. Lembremos que o imperador Alexandre (o Grande) da Macedônia era discípulo de Aristóteles; quando assumiu o trono da Macedônia em 336 a. C., ampliou o poder deixado por seu pai, rei Filipe II. Neste contexto, a educação possui a função de criar habilidades e uma forte moral que induzem à subordinação de outros povos. Um estudioso dessa época, assim o expressa: “Por ter múltiplas potencialidades, ele só alcançará sua plenitude se tiver as condições necessárias para desenvolver o seu talento. A organização social e política e, principalmente, a educação têm a responsabilidade de fornecer essas condições” (Piletti, 2012, p. 32). Efetivamente, há uma educação voltada exclusivamente para os membros das elites dirigentes. Avançando no tempo e no espaço, encontraremos uma educação totalmente distinta na seguinte sociedade feudal.

Na sociedade medieval, desaparece a pedagogia para dar lugar a uma visão social de mundo relacionada à exclusividade do pensamento teológico; assim, a instrução, o saber, passavam necessariamente pelo filtro da especulação sagrada, do mistério, da divinização dos atos ou ações humanas. Portanto, a própria literatura herdada das civilizações gregas é censurada e modificada de acordo com os interesses da feudalidade: “Quanto às escolas do clero secular, originariamente o mestre era o bispo (ou, nas paróquias, o pároco), mas logo esta tarefa foi por eles transferida para um *scholasticus* ou *magischola*. Este foi o cargo cuja dignidade cresceu com o tempo” (Idem, p. 142). Aqui a difusão de costumes, hábitos de obediência e submissão era a rotina que movimentava a vida cotidiana.

A igreja ensinava que alguns tinham nascido para mandar enquanto outros para obedecer. Qualquer desvio deste pensamento oficial era severamente punido, inclusive com a própria vida; conseqüentemente, a instituição escolástica imprimia medo a estes predicados. Com o surgimento dos novos centros urbanos, principalmente na Itália, Flandres, Veneza, entre outros, começa-se a subtrair o poder feudal e se organizam comunas e locas que dinamizam as trocas de produtos; o escambo começa a ser substituído pelo dinheiro; também se verifica um grande despertar de toda a atividade cultural e educativa. Simultaneamente ao surgimento da economia mercantil das cidades, um novo processo se introduz na instrução com o aparecimento dos mestres livres que, sendo clérigos ou leigos, instruem também aos nobres e endinheirados que comprem estes serviços, o caso mais emblemático está na figura do grande filósofo Giordano Bruno (1548 – 1600), este, por sustentar um pensamento contrário ao oficial, terá um desenlace trágico e de sofrimento absoluto, a Santa Inquisição o levará a um julgamento arbitrário que o sentenciara à sua morte por heresia. Campanella passará vinte e sete anos na prisão entre 1599 e 1629; Galileu Galilei ficará em prisão domiciliar por longos anos por ter publicado “Diálogos Sobre os Principais Sistemas do Mundo” em Florença, na Itália, em 1632; outros inúmeros casos que terminaram com esse destino. Portanto, este período estará cheio de episódios que culminarão com o desgaste espiritual desta instituição milenar, porém, daqui também surgirão novos tempos que culminarão com sua superação destes eventos conservadores. Existe um historiador que define com maestria esta nova situação afirmando que: “Quem poderia então imaginar que se preparava a dominação do mundo por um novo Deus: o capital? (Beaud, 1982, p. 23). Estas observações descrevem de uma forma inequívoca a nova realidade que se estava desenvolvendo para a humanidade, com todas as suas contradições. Esta nova relação social, econômica e política desintegraria as velhas crenças, mudaria a própria localização da terra, hábitos, costumes milenares e, sobretudo, um sistema de trabalho fundamentado na sobrevivência. Eis o que diz um estudioso deste período histórico:

Foi a maior revolução progressiva já vivida pela humanidade até então, uma era que precisou de gigantes e gerou gigantes na capacidade de pensar, na paixão e no caráter, gigantes em versatilidade e erudição. Os homens que fundaram o moderno domínio burguês eram tudo menos burgueses tacanhos. Ao

contrário, o caráter aventureiro da época os bafejou em maior ou menor medida. Naquela época, não houve praticamente nenhum homem importante que não tivesse feito longas viagens, que não falasse quatro ou cinco idiomas, que não brilhasse em várias especialidades. (...) É que os protagonistas daquele tempo ainda não haviam sido escravizados pela divisão do trabalho, cujo efeito limitante e unilateral percebemos com grande frequência em seus sucessores (Engels, 2020: 38-39).

A partir dessa passagem, é possível observar que essas novas forças sociais estavam despertando uma dinâmica adormecida, uma realidade social totalmente distinta das épocas anteriores.

O conhecimento social começou a se distanciar do campo teológico; direcionava-se para a compreensão da experiência humana. Se antes o saber pautava-se pelo dogma, pela superstição, pelas explicações da metafísica, agora este se alimenta da vivência, da prática experimental. O próprio conhecimento torna-se objeto de estudo; do direito canônico ensinado nas universidades, passa-se para o direito civil, etc. Estas novas formas inovadoras e revolucionárias logo chamaram a atenção na vida cotidiana, a natureza, a sociedade, o poder, a política poderiam ser alterados, pois era obra dos indivíduos mediatizados pelas relações que eles estabeleciam, tudo passa a ser questionado, tudo passa a ser passível de transformação. Este novo momento histórico representava um processo irreversível, sem retorno e sem um passado capaz de detê-lo. Todas as esferas da sociabilidade humana, manifestas de diversas formas, estão em constante renovação e superação. No âmbito político, a democracia, inventada pelos gregos, é retomada como uma forma legítima de governar e administrar os bens sociais. O poder constituído como um atributo divino é substituído pela mobilização da população, entre outros atributos. Convém notar um evento importante: no último terço do século XIX, a sociedade burguesa concluiu seu ciclo progressista e transformador para constituir-se num entrave histórico ao desenvolvimento das potencialidades humanas, ou seja, nas palavras de um erudito historiador:

Como sabemos, na fase ascendente de seu desenvolvimento, o sistema do capital era imensamente dinâmico, em muitos aspectos, também positivo. Somente com o passar do tempo – que trouxe objetivamente consigo a intensificação dos antagonismos estruturais do sistema do capital – este se tornou uma força regressiva perigosa. (...) A aniquilação da história é o único curso de ação plausível, inseparável da cegueira do capital ao futuro dolorosamente tangível que deve ser enfrentado (Mészáros, 2007, p.25).

É por essa razão que não se pode apagar esse conhecimento do nosso passado, pois, se queremos construir novas relações sociais, não pode ser pelo prolongamento dessa estrutura social do capital, pois, certamente, qualquer alternativa de mudança será o caminho do fracasso e, especificamente neste caso, será uma realização autodestrutiva do capital. De qualquer forma, a mudança social

torna-se uma necessidade coletiva e não um desejo particular. Voltando ao nosso tema principal.

A educação é uma esfera fundamental para ampliar e desenvolver todas as potencialidades inerentes à espécie humana; daí se desprende que todas as sociedades atribuíram uma importância vital aos indivíduos na sua coletividade. Não é necessário mencionar que também o saber passa por estes conhecimentos para o indivíduo constituir e formar seu caráter de vida. O aprendizado torna-se um instrumento de consagração do denominado senso comum de vida. Por conta disso, podemos associar que a educação faz parte intrínseca das atividades humanas. Ela é resultante da vida comunitária, um produto das ações e reações incorporadas entre as consciências individuais e coletivas. Há inúmeras definições a este respeito, porém, algumas têm um relevo permanente, diz um grande pesquisador:

Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem de adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional (Saviani, 2012, p. 11).

Hoje sabemos que a educação teve um papel importante no desenvolvimento das sociabilidades humanas. Em certa medida, ela criou o próprio homem no seu mundo representacional. Independentemente do tipo de sociedade, os indivíduos continuamente têm que reproduzir sua existência humana e dar uma coerência racional ao seu cotidiano. Daí, pode-se compreender que ele precisa denotar o mundo com um sentido prático e pensante. Portanto, é uma premissa imperiosa que o leve à sua sociabilidade, independentemente dos indivíduos quererem ou não. Examinando as últimas décadas, a própria ciência inverteu seu papel histórico, pois ela poderia ser transformada num bem comum, mas, ao ser apropriada de uma forma privada, ela cumpre um papel totalmente contrário às expectativas da sociedade e, de uma forma mais essencial, permite a sua existência. Então, cabe a pergunta: como podemos defini-la? Eis nosso assunto a seguir.

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DA PEDAGOGIA EMPRESARIAL

A pedagogia empresarial ou educação corporativa iniciou a ganhar espaço nos debates acadêmicos e nas pesquisas científicas a partir dos anos 1980, pois evidenciou-se que os profissionais da área de pedagogia atuavam em espaços não escolares; principalmente, estes desenvolviam trabalhos em grandes conglomerados

comerciais ou em empresas de grande e pequeno porte. Nestes locais atuavam nos setores de Recursos Humanos principalmente. Na década de 2000, foram introduzidas nas pós-graduações (especialização) algumas disciplinas optativas voltadas para a área empresarial. A partir desse momento, as instituições de cursos superiores, principalmente privadas, passaram a oferecer especializações focadas na área de negócios e comércio. Sabe-se que a organização de uma determinada empresa precisa urgentemente racionalizar a produção para a obtenção do maior lucro possível; assim, com a transição do fordismo/taylorismo para uma gestão flexível, precisava-se de um novo tipo de trabalhador e trabalhadora que atendesse às necessidades da organização empresarial. O pedagogo (a) foi empregado(a) para possibilitar dar, em forma contínua e permanente, uma nova formação a esses trabalhadores (as) nas atividades produtivas; dessa forma, o empregador teria uma maior eficiência e, principalmente, uma maior vantagem no mercado. Portanto, a lei da concorrência demandava um pedagogo (a) para coordenar os grupos de trabalho dentro do ambiente produtivo, todavia, o papel destes funcionários qualificados poderia definir que o trabalhador (a) torna-se apenas capital humano dentro dessa organização, mas também poderia desenvolver competências que elevam o setor produtivo. Uma eminente pesquisadora (Kuenzer, 2002) assim se refere a este processo:

A produção flexível passa a exigir que os trabalhadores tenham autonomia intelectual para resolver problemas usando o conhecimento científico, autonomia moral para enfrentar situações que exijam posicionamento ético e compromisso com o trabalho. (...) Do ponto de vista da pedagogia escolar, em tese, as novas demandas exigem ampliação e universalização da educação básica, atingindo os níveis fundamental e médio. A dura realidade dos países emergentes, marcados mais dramaticamente pela exclusão, tem mostrado que a nova pedagogia não é para todos. As pesquisas têm demonstrado que a centralidade do conhecimento científico-tecnológico nos países desenvolvidos que exportam processos cada vez mais automatizados, a par do desemprego crescente, tem reforçado a tese da polarização, segundo a qual um número cada vez menor de trabalhadores precisa ter sólida educação científico-tecnológica que se renove permanentemente (Kuenzer, 2002, p. 57-58).

Efetivamente, o mundo do trabalho dos países “desenvolvidos” em relação aos países “emergentes” possui uma nítida diferença, enquanto nos primeiros a mão de obra já possui uma qualificação limitada, enquanto nos segundos a luta por essa qualificação ainda é um processo contínuo de reivindicação social e política. Os sindicatos e associações dos trabalhadores do ensino não têm medido esforços para possibilitar que o Estado promova uma educação gratuita e de qualidade para todos.

A literatura que fará as primeiras aproximações sobre o assunto aqui tratado; a educação corporativa ou pedagogia empresarial passará a definir como sendo

uma função essencial dentro dessas organizações, assim, este profissional deverá:

O pedagogo deve ser um profissional com um perfil especialista/generalista, desenvolvendo uma visão abrangente e crítica da educação inserida no mundo do trabalho. Especialista no sentido de dominar técnicas e métodos que facilitam o processo de ensino-aprendizagem dentro das organizações. Generalista no sentido de compreender o contexto no qual a educação está ocorrendo, quais são os objetivos do negócio e quais as peculiaridades da empresa em que trabalha. Este tipo de perfil contribui para a construção de uma visão, que é a capacidade de enxergar as partes relacionadas ao todo, permitindo ao pedagogo auxiliar os colaboradores como indivíduos e como equipes, que trabalham em torno dos mesmos ideais, apesar de suas diferenças individuais (Claro; Torres, 2012, p. 215).

Com base nesses argumentos, o modo de produção¹ capitalista atual possui como característica central a valorização excessiva do consumo, levando os indivíduos a se sentirem alienados num mundo fictício, onde a busca pelo bem-estar se associa ao poder aquisitivo e ao consumo. Isso resulta na criação, pela necessidade do capital, de necessidades supérfluas, irrelevantes para a vida social. Assim, estes profissionais encontram-se num ambiente de múltiplas contradições e passam a humanizar a desumanização do capital.

A pedagogia empresarial ou andragogia empresarial traz uma profunda discussão sobre o papel do pedagogo empresarial, sendo este considerado de suma importância para o desenvolvimento de habilidades e para a promoção da criatividade e inovação, as quais devem ser primordiais no desenvolvimento de competências, de modo que as organizações possam realizar a sua missão e manter-se estrategicamente posicionadas em um mercado cada vez mais competitivo e dinâmico (Lopes; Barbosa, 2019, p. 92).

Os autores indicam ainda que estes profissionais exercem suas atividades em conjunto com o setor de recursos humanos da empresa, operando diretamente na gestão de pessoas; portanto, estes profissionais podem ser considerados como mediadores na gestão de pessoas para o desenvolvimento profissional, principalmente para a adaptabilidade no ambiente produtivo e no trabalho coletivo.

Também encontramos nas pesquisas e trabalhos que evidenciaram esta nova realidade do profissional da educação em setores não escolares, como trabalhadores e trabalhadoras que atuam na seleção, liderança e formação de equipes e na responsabilidade social, voltados para amenizar a dura relação entre trabalho e capital. Encontramos outra definição que caracteriza a atuação destes profissionais:

1 Cabe observar que no sistema capitalista os bens sociais são produzidos para serem comercializados e não possuem a intenção de ser consumidos pelo produtor direto, a bússola que orienta e que move o comércio é a procura constante do lucro, o objetivo principal é a produção de mercadorias não para satisfazer as necessidades humanas, mais para serem vendidas (Escobar, 2024. P. 103).

A pedagoga empresarial existe, portanto, para dar suporte tanto em relação à estruturação das mudanças quanto em relação à ampliação e à aquisição de conhecimento no espaço organizacional. O pedagogo empresarial “promove a reconstrução de conceitos básicos, como criatividade, espírito de equipe e autonomia emocional e cognitiva” (Lopes, 2007, p. 74).

DISCUSSÃO

Portanto, podemos observar que há inúmeras cobranças empresariais que definem estas práticas sociais no ambiente de trabalho; todavia, os trabalhadores (as) estão sujeitos (as) a compromissos que, em muitas situações, estão em contradição com a lógica do aprendizado. Por exemplo, quando há mais demanda por determinados produtos, os indivíduos passam a ser submetidos a jornadas de trabalho excessivas; portanto, a pressão pelo trabalho demanda um desgaste emocional maior. Eis aqui algumas características principais desses profissionais nos setores produtivos.

A pedagogia empresarial ou educação corporativa é uma derivação do trabalho que os profissionais da educação desenvolvem no setor produtivo e mercadológico. Trata-se de prestação de serviços, principalmente no setor privado empresarial; sua caracterização está definida pela aplicação de métodos adaptativos ao mundo do trabalho. Estes transcendem o espaço escolar para focar no desenvolvimento de determinadas competências de adaptabilidade de funcionários e funcionárias e na consolidação da cultura organizacional das empresas, sejam de ordem mista, privada ou pública.

Considerando que o pedagogo (a) pode oportunizar um aprendizado adequado às necessidades humanas, o educador corporativo tem como escopo fundamental a formação para o mundo produtivo e a preparação de recursos humanos adotados pela organização das empresas, bem como o atendimento dos interesses dessas organizações.

De um ponto de vista mais amplo, o pedagogo corporativo está preparado para:

A – Capacitar pessoas – necessárias ao desenvolvimento de “capacidades” necessárias para uma determinada função dentro de uma determinada empresa;

B – Desenvolvimento humano – criar condições favoráveis de adaptabilidade através da jornada de trabalho dos funcionários da empresa;

C – Elaboração de métodos que impliquem a integração entre os funcionários (as) de forma a criar ambientes de solidariedade e harmonia nesse mundo produtivo;

D – Desenvolvimento organizacional – Ajustar estratégias de adaptabilidade, conforme as necessidades econômicas do setor empresarial. De modo geral, pode-se dizer que a incorporação da pedagogia empresarial nos espaços não escolares foi resultado de um contexto no qual o capital precisava de mão de obra qualificada

para fazer frente a uma demanda cada vez mais preparada pela necessidade do consumo. Não é sem razão que o mercado e a sua comercialização sempre geram novas demandas e, em forma sucessiva, novos padrões de consumo. Entretanto, o profissional da educação em ambientes não-escolares pode deparar-se com estas contradições a seguir:

- a) A submissão pura e simples dos profissionais da educação no espaço não-escolar frente às demandas do capital;
- b) A ruptura consciente dos profissionais que trabalham nestas áreas produtivas e incentivam novas ações a modo de driblar a alienação que nasce no setor produtivo;
- c) O fracasso parcial e total desses profissionais dotados de grandes qualidades em fase das contradições do desenvolvimento social e da agudização das lutas entre trabalho e capital, que não têm mais condições de enfrentar, nem intelectualmente nem moralmente;
- d) O choque ideológico honesto e sincero com a sua própria classe (educadores (as)), na medida em que vivem intensamente as grandes contradições da época, extrai experiências inovadoras que levam a uma ruptura com essa prática social conservadora e ideológica.

Enfim, a estas observações, é importante mencionar que há um movimento que procura resgatar o verdadeiro papel que devem possuir esses profissionais nos distintos campos do saber. A emancipação humana passa pela compreensão e interpretação do mundo social, embora não seja a única; ela é fundamental para nos distanciar do senso comum que as classes privilegiadas produzem em nós.

Devemos lembrar que o Decreto-Lei nº 1.190, de 1939, que possibilitou a criação do Curso de Pedagogia a nível nacional, em princípio, formava “técnicos em educação” que atestavam o título de Bacharel (3 anos) e o título de Licenciatura (3+1) para atuar no Curso Normal de nível secundário. Com a Lei da Reforma Universitária nº 5.540, em 1968, o curso de Pedagogia ofereceu a possibilidade de atuar em Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional; portanto, o curso oportunizava uma formação polivalente que poderia ser exercida em todos os ambientes escolares. De um ponto de vista mais amplo, podemos observar que na década de 1980, houve uma mudança significativa na formação do pedagogo (a); os cursos começaram a estruturar seus currículos e passaram a habilitar para trabalhar na Educação Infantil e na Educação Especial.

Em 2006, o Curso de Pedagogia ampliou definitivamente a atuação dos profissionais da educação em todo o país, possibilitando, assim, atuar em ambientes escolares de ensino regular e em espaços não escolares, como, por exemplo, em setores produtivos empresariais. Por outras palavras, estes profissionais sempre serão mediadores de práticas educativas entre saberes e sujeitos que estão relacionados ao mundo do trabalho, sobretudo porque eles expressam uma visão social de mundo que amplia o aprendizado e garante aos outros sujeitos sociais essa possibilidade.

Portanto, podemos dizer que os pedagógicos corporativos ou voltados para o mundo empresarial ocupam um lugar privilegiado, pois estão associados a atividades de orientação, preparação e tomada de decisões nas atividades produtivas, promovem ações de adaptabilidade ou seu contrário, com o intuito de dinamizar a produção; podem ser considerados uma ponte para uma nova pedagogia e para a preparação de um trabalho que regate o sentido humano e coletivo da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No passado, os métodos de aquisição do conhecimento surgiram como um meio essencial de preservar e documentar os saberes gerados pela experiência coletiva. Entretanto, com a aparição das classes sociais e a divisão social do trabalho, esses métodos perderam seu lugar e tornaram-se instrumentos de dominação e subjugação nas diversas esferas da vida social. As mudanças tornaram-se uma necessidade histórica; nosso tempo exige uma nova configuração social, onde o tempo do trabalho permita a emancipação humana, não somente no âmbito individual, mas em todo o campo coletivo. A versatilidade das informações poderia ajudar de forma infinita a viabilidade de uma organização melhor à atual, no entanto, evidencia-se o contrário, cada vez mais as ideologias conservadoras aparecem como labirintos de desinformação, as capacidades humanas são transformadas em apreciações puíreis e desprovidas de qualquer lógica com o mundo real.

No mundo atual, as práticas sociais, pelo menos na área educacional, deverão assumir um compromisso com as transformações sociais e o desenvolvimento das capacidades humanas na sua plenitude; simultaneamente, devem ser práticas que elevem a democracia a um nível qualitativamente superior ao atual.

Apesar das dificuldades que a área do trabalho pedagógico enfrenta, esta pode constituir-se num espaço que permita contribuir para a elaboração de um futuro que venha ao encontro e ao atendimento das necessidades da maioria da população e possibilite a formação de um educador comprometido com as épocas nas quais se situa. O processo pedagógico envolve participação ativa, seja para manter a situação atual ou para implementar mudanças necessárias para a educação como um todo. Nosso século é de uma mudança qualitativa; ninguém pode negar isso.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ética – Brasília, 1998.
- BEAUD, M. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. Trad. De José Vasco Marques. Editorial Teorema, LDA. Lisboa. 1981
- CLARO, José Carvalho dos Santos e TORRES, Mariana de Oliveira Fernandes. **Pedagogia Empresarial: a atuação dos profissionais da educação na gestão de pessoas**. Editora: Contrapontos. 2012, vol.12, n.º 02, pp.207 – 2016.

ENGELS, F. **A dialética da Natureza**. Tradução: Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo, 2020.

ESCOBAR, Oscar Edgardo N. **Ensaio sobre o processo da colonização e da educação: Brasil e EUA: a fase de um mesmo processo histórico**. 1ª edição. Curitiba, Editora: Appris, 2024.

KUENZER, Acácia. (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3ª edição. Editora: Cortez, 2002.

LOPES, V. M. N.; BARBOSA, A. M.S. **A Pedagogia Empresarial no Âmbito das Organizações do Conhecimento: uma revisão da literatura de educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S.I.], v.9, nº 19. 92-111, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/231>. Acesso em: 16 de agosto de 2026.

LOPES, I. **Pedagogia empresarial: uma nova visão de aprendizagem nas organizações**. Editora: Wak, Rio de Janeiro, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**. Tradução: Gaetano Lo Monaco. 11ª edição. Editora: Cortez, São Paulo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. Editora: Boitempo, São Paulo, 2007.

PILETTI, Claudinho & Piletti, Nelson. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2012.

SAVIAN, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Editora: Autores Associados, Campina, 2012.